ANC 88
Pasta Agos/Out 86
084

# Arinos entrega

## Na última reunião, "notáveis"

18 SET 1986

Aos Const - Comissão

CORREIO BRAZILIENSE

# anteprojeto hoje

## mostram divergências insuperáveis

**Rio — Em solenidade a ser realizada no Palácio do Planalto, hoje às 15 horas, o presidente José Sarney receberá do professor Afonso Arinos de Mello Franco o anteprojeto da Constituição, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais após cerca de 14 meses de trabalho.**

"A atuação da comissão foi positiva, a julgar pelos elementos de que dispunha", disse ontem, no Rio, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho. Segundo ele, a comissão introduziu artigos no texto do anteprojeto que, sob muitos aspectos, constituem novidades no direito brasileiro.

O empresário João Pedro Gouveia Vieira, membro da comissão, disse considerar da maior importância o trabalho feito, principalmente no que toca à reorganização do Poder Judiciário.

Destacou a criação do Supremo Tribunal de Justiça, que aliviará a sobrecarga de trabalho do Supremo Tribunal Federal, e a criação de maior número de tribunais de recursos, espalhados pelo Brasil, que serão de enorme valor, caso aprovados pelo Congresso Nacional.

"O projeto da nova Constituição se reveste da maior importância ao tocar e regulamentar assuntos do dia-a-dia da vida de todos os cidadãos", disse o presidente da Fundação Pró-Memória, Joaquim de Arruda Falcão.

Falcão enumerou alguns temas, entre eles a noção do direito de família que, no novo projeto, aponta como responsável pelo núcleo familiar não só o pai, mas, sim, pai e mae juntos e simultaneamente.

Na questão de ecologia, passsará a existir, agora, a obrigação do cidadão de não destruir seu meio ambiente, "a obrigação da empresa, da fábrica, de preservar o Brasil que nós temos".

O Presidente da Fundação Pró-Memória ressaltou ainda as inovações trazidas pela comissão na questão do direito do trabalho e da estabilidade.

O consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas e diretor da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, José Alberto de Assumpção, destacou entre as propostas que serão levadas ao debate nacional para futura Constituição o direito à plena cidadania, como pré-condição para seu exercício e a eliminação de todas as discriminações e barreiras, principalmente de ordem financeira, para que o cidadão possa, de modo efetivo participar da vida política do País.

José Alberto de Assumpção salientou que ninguém mais poderá ser privado do exercício da prestação jurisdicional por falta de condições para pagamento das taxas, que só serão devidas no final do processo e pagas pelo vencido.

# Buarque defende acompanhamento

O que começou prometendo ser uma sessão nostálgica de despedidas após um ano de trabalho conjunto, terminou por se encerrar com uma demonstração clara de que divergências estruturais são insuperáveis: a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos de Mello Franco, mostrou isso em sua última reunião plenária realizada ontem na reitoria da Universidade de Brasília, quando o empresário Sérgio Quintella expôs com franqueza sua contrariedade com o capítulo do anteprojeto de Constituição que trata da ordem econômica, que "privilegia o social em detrimento do capital".

"Não aceito a tese presente em quase todo o articulado da presença concorrencial do Estado e gostaria de um texto constitucional que não abrisse mais espaço à burocracia, ao impedimento da liberdade de inovar e empreender e a restrições ao direito de propriedade", frisou o empresário ao analisar as questões referentes à ordem econômica e social. Quintella acrescentou que diante de sua posição, passará, a partir de agora, a fazer parte do grupo que criticará o anteprojeto da comissão que integrou.

A contestação ao posicionamento de Quintella partiu do sociólogo Hélio Jaguaribe, que observou que o anteprojeto de Constituição caracteriza-se pela preservação da economia de mercado e da livre empresa, reconhecendo na livre empresa o instrumento mais ágil e eficiente para a produção de riqueza e promoção do desenvolvimento economico e social. "Esta forma moderna e eficiente de ordem econômica coincide inclusive, com modelos verificados nos países europeus mais avançados", frisou Jaguaribe.

### DOIS BLOCOS

Se, de um lado, o empresário Sérgio Quintella pretende puxar o bloco dos dissidentes, de outro, o reitor da UnB, professor Cristóvam Buarque, fez um apelo no sentido de que a comissão não esgote a sua missão no ato de entrega do documento ao presidente José Sarney, que será feito hoje à tarde. Propondo um acompanhamento contínuo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e mesmo da Constituição, por mais um ou dois anos, Buarque frisou que a comissão "terminou o que foi pedido pelo presidente Sarney, mas ainda não terminou o que nos pede o País".

A expectativa, nos meios políticos, quanto ao envio, pelo presidente Sarney do anteprojeto ao Congresso Constituinte, parece não estar afetando a chamada "comissão dos notáveis". O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, por exemplo, observou que o fundamental não é que o anteprojeto seja uma proposta do governo, mas que seja "uma sementeira de discussões com um mínimo de objetividade".

Essa posição é compartilhada pela maioria dos participantes da reunião de ontem que se mostram muito mais interessados em divulgar as propostas contidas no documento, de modo a promover um amplo debate na sociedade, do que em vê-las aprovadas pelo Congresso, por mera vaidade. Ademais, um dos membros da comissão enfatizou que a especulação em torno do envio ou não da proposta ao Congresso é irrelevante, uma vez que o presidente Sarney não desmereceria um projeto elaborado por uma comissão indicada por ele.

# Gaúchos não apóiam consulta

[illegible]

[illegible] Para Pedro Simon, o candidato peemedebista Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, [illegible] Brasília participando da cerimônia [illegible] Constituinte do Senado.

O PT e a Aliança Popular [illegible] a convocação da nova Assembléia Nacional Constituinte não criticaram e criticaram a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que entregará hoje ao presidente Sarney o seu anteprojeto de Constituição.

Simon defendeu a posição do governo: é contra a convocação de uma Constituinte exclusiva. Ele explicou que a Constituinte terá poderes de decidir todos os pontos importantes, ou seja, se o Senado e a Câmara funcionarão em sessão parlamentar ou Congresso Constituinte, se a função legislativa será desempenhada por uma comissão de parlamentares, se não haverá constituição e se o presidente da República legislará através de decretos-lei, se não há [illegible] senadores eleitos em 1982 poderão votar na Assembléia Constituinte.

— O que não vejo [illegible] — disse Simon — é de o País realizar duas eleições, uma para a Constituinte outra para o Congresso ordinário.